Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2025.84922
e84922

TRABALHO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES SOB A LÓGICA DO NEOLIBERALISMO:
desafios, perspectivas e contradições

Suzy Chrystine Vasques Guedes
Natália dos Reis Martins
Arminda Rachel Botelho Mourão

Resumo
A formação de professores, para coadunar com a ideologia neoliberal e seus propósitos, deve atentar-se a parâmetros econômicos preestabelecido pela lógica de acumulação e originar um professor capaz de reproduzir esses parâmetros em seus alunos, atuando de forma mecanicista, passiva e alienada. Sendo assim, diante desse cenário, o presente estudo tem por objetivo discutir a relação entre trabalho, educação e formação docente no contexto capitalista, a fim de entender os mecanismos utilizados pela classe dominante para conservar a hegemonia política no sistema capitalista. Para tanto, como base epistemológica, optamos pela adoção do materialismo histórico-dialético, partindo do entendimento que o processo de produção do conhecimento está relacionado à compreensão das transformações sociais e, também, à luta de classes, a partir de uma revisão de literatura sobre a temática. Como resultado, encontramos que uma educação que liberte e forme sujeitos autônomos e problematizadores envolve a resistência e a mobilização de recursos críticos e reflexivos, além de exigir um posicionamento proativo por parte dos envolvidos com a práxis docente, engajamento, compromisso pessoal com frente ao modelo neoliberal de formação de professores. Ou seja, viabilizando a promoção de uma formação docente consciente, não alienada, voltada ao desenvolvimento das capacidades e das personalidades dos estudantes e não como um mecanismo de dominação econômica.
Palavras-chave: neoliberalismo; formação docente; ensino superior; pesquisa.

WORK, EDUCATION AND TEACHER TRAINING UNDER THE LOGIC OF NEOLIBERALISM:
challenges, perspectives and contradictions

Abstract
To be in line with neoliberal ideology and its purposes, teacher training must pay attention to the economic parameters pre-established by the logic of accumulation and produce a teacher capable of reproducing these parameters in their students, acting in a mechanistic, passive and alienated way. Given this scenario, the aim of this study is to discuss the relationship between work, education and teacher training in the capitalist context, to understand the mechanisms used by the ruling class to maintain political hegemony in the capitalist system. To this end, as an epistemological basis, we opted to adopt historical-dialectical materialism, based on the understanding that the process of producing knowledge is related to an understanding of social transformations and to the class struggle, based on a review of literature on the subject. As a result, we found that an education that liberates and forms autonomous and problematizing subjects involves resistance and the mobilization of critical and reflective resources, as well as requiring a proactive stance on the part of those involved in teaching praxis, engagement, and personal commitment to

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2025.84922
e84922

the neoliberal model of teacher training. In other words, making it possible to promote conscious, non-alienated teacher training, aimed at developing students' capacities and personalities and not as a mechanism for economic domination.
Keywords: neoliberalism; teacher training; higher education; research.

TRABAJO, EDUCACIÓN Y FORMACIÓN DEL PROFESORADO BAJO LA LÓGICA DEL NEOLIBERALISMO:
retos, perspectivas y contradicciones

Resumen
Para estar en consonancia con la ideología neoliberal y sus propósitos, la formación docente debe prestar atención a los parámetros económicos preestablecidos por la lógica de acumulación y producir un docente capaz de reproducir estos parámetros en sus alumnos, actuando de forma mecanicista, pasiva y alienada. Frente a este escenario, el objetivo de este estudio es discutir la relación entre trabajo, educación y formación docente en el contexto capitalista, con el fin de comprender los mecanismos utilizados por la clase dominante para mantener la hegemonía política en el sistema capitalista. Para ello, como base epistemológica, optamos por adoptar el materialismo histórico-dialéctico, basado en el entendimiento de que el proceso de producción de conocimiento está relacionado con la comprensión de las transformaciones sociales y también con la lucha de clases, a partir de una revisión bibliográfica sobre el tema. Como resultado, encontramos que una educación que libere y forme sujetos autónomos y problematizadores implica resistencia y movilización de recursos críticos y reflexivos, además de requerir una postura proactiva por parte de los involucrados en la praxis docente, compromiso y adhesión personal al modelo neoliberal de formación de profesores. Es decir, posibilitar la promoción de una formación docente consciente, no alienada, orientada al desarrollo de las capacidades y personalidades de los estudiantes y no como mecanismo de dominación económica.
Palabras clave: neoliberalismo; formación del profesorado; enseñanza superior; investigación.

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo pode ser entendido como um fenômeno econômico que impulsiona o deslocamento das atribuições do Estado perante a economia e a sociedade, com vistas à maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, regido pelos interesses daqueles que detêm o poderio econômico. Por sua vez, para que esses interesses sejam observados e atendidos, são produzidas modificações ideológicas, culturais e doutrinárias nas relações de consumo, nas relações sociais e, principalmente, nas relações de trabalho (Ianni, 1998).

Logo, compreender o trabalho na contemporaneidade envolve analisar as etapas formativas que preparam o indivíduo para o mercado de trabalho, incluindo a educação e a formação docente. A lógica neoliberal infiltra-se em diversas esferas sociais, influenciando práticas mesmo quando há postura consciente e reflexiva. Assim, o trabalho docente não pode ser analisado fora do contexto capitalista, já que a escola historicamente tem servido para reproduzir os interesses do capital, configurando um processo de trabalho inerentemente capitalista (Borges, 2010).

Sendo assim, o presente estudo tem por objetivo discutir a relação entre trabalho, educação e formação docente no contexto capitalista, a fim de entender os mecanismos utilizados pela classe dominante para conservar a hegemonia política no sistema capitalista. Com isso, espera-se

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2025.84922
e84922

problematizar a formação docente para o Ensino Superior sob a lógica neoliberal, no âmbito da formação docente, identificando os principais desafios, contradições e perspectivas para a formação continuada de professores e assim, propor encaminhamentos para uma educação que tenha como objetivo desenvolver plenamente as potencialidades humanas, visando à emancipação do sujeito.

Para tanto, Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica qualitativa baseada nos pressupostos do Materialismo Histórico-Dialético e em autores alinhados a essa perspectiva, garantindo articulação entre conhecimento e teoria, rigor científico e preservação do caráter transformador do conhecimento, além de evitar sua instrumentalização em prol de interesses de uma classe dominante.

GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO, TRABALHO E EDUCAÇÃO

O neoliberalismo e a globalização: breves considerações

O neoliberalismo pode ser entendido como um processo que promove a maximização da acumulação de capital e o desenvolvimento das forças produtivas, defendendo a livre circulação de mercadorias e o afastamento do Estado das questões sociais e econômicas, fundamentando-se no princípio da intervenção mínima (Marques; Ugino, 2017). Assim, a primazia das liberdades econômicas torna-se requisito central para a organização e funcionamento das diversas formas de sociabilidade, abrangendo empresas, corporações e instituições sociais em geral (Ianni, 1998).

Sob a sua alçada, ocorre a desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, a privatização das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência (Ianni, 1998, p. 28). Com isso, o mercado passa a ser o novo Estado, determinando, assim, as relações sociais locais e globais, com vistas à sua própria subsistência (Mourão; Almeida, 2005).

Por conseguinte, para que esse processo de unificação e conservação do capitalismo seja materializado, é preciso mobilizar a junção de forças políticas e sociais que, por sua vez, são pautadas na concepção de mundo de uma elite dominante (Mourão; Almeida, 2005). Em um sistema globalizante de mercado, as manifestações de poder são notadamente econômicas e direcionadas para a ampliação do processo de acumulação, em observância aos interesses daqueles que detêm o maior poderio econômico (Rocha, 2008).

A implantação das práticas neoliberais não ocorre de forma homogênea, mas sim de maneira contraditória, desigual e combinada, com ondas sucessivas de internacionalização do capital (Ianni, 1998). Enquanto os países desenvolvidos rapidamente conquistaram novos mercados e aumentaram seus lucros, nos países menos desenvolvidos o processo foi mais lento e rudimentar. Na América Latina, por exemplo, as ideias neoliberais chegaram na década de 1970, inicialmente no Chile, seguidas pelo México, Argentina, Venezuela e Peru. O Brasil foi o último país latino-americano a aderir ao projeto neoliberal, em 1990, com o Plano Collor, do presidente Fernando Collor, visando controlar a inflação (Filgueiras, 2003).

Nesse contexto, o esgotamento do modelo de substituição de importações e a desregulamentação dos mercados internacionais favoreceram a reestruturação da economia brasileira, com redução de tarifas de importação e eliminação de barreiras não-tarifárias, intensificando a economia nacional (Filgueiras, 1998). Entre 1988 e 1993, o Brasil passou por um

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2025.84922
e84922

amplo processo de liberalização comercial, com maior transparência na estrutura de proteção, eliminação de barreiras não-tarifárias e redução gradual da proteção à indústria local (Moreira; Correia, 1997). Durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, a política econômica externa tornou-se central, intensificando a liberalização e a privatização.

De acordo com Gennari (2002), a sobrevalorização do câmbio e a abertura comercial obrigaram o Brasil a captar recursos externos, configurando um novo padrão de acumulação marcado pelo estrangulamento externo e pela remessa de valores aos países centrais. Tais medidas tiveram repercussões sociais amplas, reforçando a política neoliberal iniciada no governo Collor e provocando mudanças nas relações de trabalho, na formação do trabalhador e, consequentemente, no sistema educacional. Vejamos.

Impactos do neoliberalismo nas relações de trabalho e na formação do trabalhador

Para subsistir, a lógica neoliberal precisa alinhar-se à produtividade e aos interesses de uma elite dominante, sendo o controle do trabalho essencial para a geração de lucro. Nesse contexto, a inovação organizacional e tecnológica, como a promovida pelo Toyotismo, substitui os rígidos padrões Taylorista/Fordista por formas de produção mais flexíveis, com estoque mínimo e adaptação contínua às demandas do mercado (Harvey, 1994). O capital utiliza essas mudanças como estratégia de reestruturação, transitando para formas de acumulação flexibilizada, cujos impactos sobre o trabalho incluem a desregulamentação dos direitos laborais, fragmentação da classe trabalhadora, precarização e terceirização, além da transformação do sindicalismo de classe em mais dócil (Antunes, 1999).

Verifica-se, assim, que a acumulação flexível, aliada às tendências neoliberais, se destaca no capitalismo contemporâneo, combinando seus binam seus padrões produtivos e tecnológicos à superexploração da força de trabalho e aos baixos salários. Com isso, a flexibilidade no trabalho combina-se às tendências neoliberais, promovendo adaptação rápida às demandas do mercado e mantendo a superexploração da força de trabalho com baixos salários. Diferente do fordismo, caracterizado pela produção em série e rígida divisão de tarefas, o modelo atual adota formas mais horizontais e autônomas, permitindo maior adaptabilidade dos trabalhadores e intensificando a exploração laboral (Oliveira, 2004).

Com a reconfiguração das organizações sob a lógica neoliberal, os trabalhadores precisam alinhar-se aos objetivos do capital, cujas regras de exploração são determinadas pela lei da oferta e da procura. A produção capitalista, segundo Braverman (1977), distingue-se pela compra e venda da força de trabalho, baseada em três condições: separação dos trabalhadores dos meios de produção, liberdade de vínculos legais que restrinjam essa força de trabalho e destinação do trabalho à expansão do capital do empregador, formalizada por contratos.

Na prática, a automação, a robótica e a microeletrônica reduziram o operariado industrial, enquanto surgem novos postos de trabalho parciais, terceirizados ou subcontratados, caracterizando relações informais. A flexibilização dos direitos laborais e a mecanização resultam em jornadas longas, salários baixos e, frequentemente, condições análogas à escravidão. Segundo Bihr, citado por Antunes (1999, p. 52), isso configura "[...] precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho [...] e a consequente regressão dos direitos sociais", enquanto Dallago (2010, p. 02) observa que aumenta a concentração de capital e a pobreza, intensificando contradições sociais.

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2025.84922
e84922

Na sociedade capitalista, o trabalhador aliena sua força de trabalho, vendendo-a ao capitalista por um salário que garante sua sobrevivência, enquanto produz bens cujo valor excede o custo de sua força e dos meios de produção (Harvey, 2013). Como resultado, ele não se reconhece no produto de seu trabalho, que se apresenta como algo estranho ou hostil, em vez de expressão de suas capacidades. Assim, o trabalho contemporâneo assume uma dimensão contraditória: cria e emancipa, mas também subordina, degrada, escraviza e aliena (Silva; Braga, 2014). O ritmo acelerado da vida moderna potencializa esses efeitos, tornando o trabalho um ser para outro e vinculando os territórios à valorização do capital (Traspadini, 2018).

Para assegurar essa relação, o novo contrato social do trabalho enfatiza resultados, aprendizagem contínua e adaptação ao ambiente laboral (Trassatti; Costa, 2010). A extensão e intensificação das tarefas aprofundam a alienação, "[...] que produz beleza, mas deformidade para o trabalhador" (Marx, 2001, p. 113).

Diante disso, a formação do trabalhador é pensada para integrá-lo ao sistema de forma mecânica, passiva e acrítica. A educação emerge, então, como processo voltado ao trabalho, destinado a fornecer mão de obra barata e dócil, transformando a relação pedagógica em "[...] um ato puramente operacional" (Noronha, 2008, p. 37).

A lógica neoliberal e sua influência no sistema educacional

Na sociedade neoliberal, a educação transforma-se em mercadoria, subordinada aos preceitos do capital, acessível apenas a quem pode pagar e orientada por parâmetros econômicos alheios à promoção social, com as escolas sendo concebidas como extensões das organizações fabris. Nesse contexto, a teoria do capital humano adquire um caráter individualista, direcionando a educação para o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas à competitividade e empregabilidade dos indivíduos, ainda que não garanta emprego, em detrimento da formação coletiva e da riqueza social (Saviani, 2010).

Dessa forma, a função educativa centra-se na formação de mão de obra polivalente, adaptável às demandas do mercado de trabalho, em vez de preparar os sujeitos para profissões específicas ou promover seu desenvolvimento crítico e emancipador, adquirindo características empresariais, produzida em condições precárias e frequentemente desconectada dos avanços científicos acumulados historicamente.

Conforme observa Colares (2020, p. 280), a educação se tornou "um negócio altamente lucrativo, propiciando a formação e o crescimento de grandes aglomerados que exercem o controle da oferta educacional e de uma série de produtos e serviços", evidenciando que os conteúdos ensinados servem à legitimação do sistema, em um contexto em que "a sociedade continua perpassada pela divisão social e técnica do trabalho, de modo a assegurar a hegemonia do capital" (Kuenzer, 2011, p. 28).

Assim, a autonomia da educação é comprometida, a função social da escola pública e laica é diminuída e o ensino privado cresce, subordinando o processo educacional às demandas do mercado, privilegiando a capacitação técnica em detrimento da formação cultural e formando "[...] peritos disciplinados" em vez de profissionais e pesquisadores aptos a atuarem em uma sociedade do conhecimento (Canclini, 2008, p. 23).

A banalização da informação e a ilusão de se tornar um "empresário de si mesmo" contribuem para a expansão do negócio educacional, obrigando as instituições a se adaptarem à lógica do capital e promovendo a internalização das metas do sistema pelos indivíduos (Mészáros,

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2025.84922
e84922

2005). Nesse cenário, a educação passa a atender às demandas do capital, formando trabalhadores polivalentes e adaptáveis, configurando uma verdadeira "[...] pedagogia da exclusão" que prepara os indivíduos para aumentar sua empregabilidade e, caso não consigam, os faz assumir a responsabilidade pela própria exclusão (Saviani, 2011, p. 431).

Conforme Kuenzer (2005, p. 15), a educação se articula aos processos de exclusão no mundo do trabalho, fornecendo "[...] força de trabalho disciplinada técnica e socialmente, na medida das suas necessidades [...]", de acordo com a pedagogia das competências. Sob essa lógica, a educação deixa de ser emancipadora e se transforma em instrumento ideológico, produzindo um "sujeito performático", descontextualizado e despolitizado, enquanto o ensino deixa de ser espaço público e político, passando a ser um bem de consumo que forma indivíduos aptos a funções pragmáticas no sistema (Lyotard, 1998).

Para Mészáros (2005), o impacto dessa lógica incorrigível do capital sobre a educação durante o desenvolvimento do sistema tem sido considerável, com as instituições formais de educação se constituem em "[...] uma parte importante do sistema global de internalização", independente da participação ou não desses indivíduos nestas instituições, pois a lógica é a de induzi-los a aceitar de forma ativa – "ou mais ou menos resignada" – os dominantes preceitos reprodutivos que orientam a sociedade, consoantes com a sua "posição na ordem social" e com as "[...] tarefas reprodutivas que lhes foram atribuídas" (Mészáros, 2005, p. 44).

No Brasil, a mercantilização da educação é um fenômeno recente, intensificado após a Constituição Federal de 1988 e, especialmente, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9394/1996), que serviu de base para processos de especulação de capitais nas bolsas de valores, inicialmente no Ensino Superior, depois na Educação Básica, alcançando hoje todos os níveis e modalidades (Colares, 2020, p. 280-281).

Além disso, surgiram parcerias público-privadas em sistemas e escolas, nas quais o setor privado, muitas vezes com propostas de "sem fins lucrativos", assume gradualmente o controle do conteúdo e da execução da educação pública, incluindo a formação de professores, o monitoramento dos sistemas educativos, as avaliações e as exigências de publicação, o que praticamente inviabiliza a circulação gratuita do conhecimento. Nesse cenário, o conceito da "boa educação" passou a estar atrelado aos instrumentos avaliativos destinados a aferir a aprendizagem produzida pelas escolas, supostamente com a finalidade de apoiar o ensino na sala de aula. "As médias de desempenho dos alunos da escola expressariam, então, sua 'qualidade' — controlada a interferência do nível socioeconômico dos estudantes" (Freitas, 2016, p. 143).

Assim, o docente passou a ser concebido como trabalhador polivalente e flexível, devendo adequar-se às demandas de um mundo globalizado em constante mutação, priorizando atividades práticas e situações concretas, para que os alunos também respondam rapidamente aos problemas cotidianos (Noronha, 2008). Além disso, recai sobre ele a responsabilidade pelo desempenho e pelas competências dos alunos, com o objetivo de atender às exigências do mercado de trabalho, esvaziando o conteúdo didático e transformando a escola em espaço de formação de mão de obra qualificada. Esses mecanismos de controle sobre a práxis docente permeiam tanto a formação inicial quanto a continuada do educador.

A formação docente sob a lógica neoliberal: humanização versus alienação

As pesquisas em educação passaram a ganhar maior destaque no Brasil a partir da década de 1960, "culminando em avanços para a categoria já a partir da Constituição Federal e da

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2025.84922
e84922

promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996" (Ribeiro; Nunes, 2018, p. 58). Nesse cenário, a formação docente passou por diversas transformações ao longo das últimas décadas, ora avançando, ora retrocedendo, estando diretamente relacionada às "mudanças ideológicas que as novas formas de governabilidade estão infligindo sobre os professores desde a sua formação inicial" (Bissoli; Both, 2016, p. 17).

Assim, a formação docente no Brasil se configura como um campo de disputas, em que professores muitas vezes são silenciados e submetidos a uma atuação alienada, reduzida à execução de decisões do Estado (Borges, 2010). Como lembra Freire (1979, p. 19), "[...] um profissional alienado é um ser inautêntico. Seu pensar não está comprometido consigo mesmo, não é responsável". Essa alienação distancia o desenvolvimento humano genérico do individual (Bissoli; Both, 2016) e faz com que a prática docente perca sentido, sendo conduzida por eventos cotidianos automatizados (Saviani, 2004; Teixeira; Mello, 2016).

Romper com essa lógica exige uma formação consciente e politicamente engajada, capaz de resistir ao capital e promover uma educação humanizadora (Mészáros, 2005). Lombardi (2008) reforça a necessidade de uma postura crítico-reflexiva, que ofereça acesso aos conhecimentos historicamente produzidos e atenda a toda a sociedade, ultrapassando os limites impostos pelo mercado.

Bissoli e Both (2016) destacam que o trabalho docente exige consciência das ações, clareza de objetivos, envolvimento afetivo e apropriação contínua de conhecimentos gerais aplicados em práticas formativas concretas. Esse processo permite ao professor superar a rotina cotidiana e desenvolver suas capacidades, promovendo uma formação humanizadora. No entanto, a lógica do capital não valoriza essa humanização, priorizando a acumulação incessante de riqueza, tornando a formação docente um desafio crítico e politicamente relevante.

Essa perspectiva converge com Freire (2015), para quem a libertação dos oprimidos se dá pela práxis consciente, pelo reconhecimento da necessidade de lutar por ela e pelo engajamento na transformação da realidade:

> Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? [...] Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca [...] será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores (Freire, 2015, p. 42-43).

Diante disso, é necessário que o educador encontre sentido em sua atuação e organize sua prática pedagógica de modo a promover nos alunos uma leitura crítica do conteúdo, conduzindo-os do conhecimento de senso comum ao conhecimento científico.

Desafios, perspectivas e contradições na formação de professores sob a lógica do neoliberalismo

Embora o protagonismo consciente do professor seja essencial para resistir às práticas neoliberais, os desafios à formação docente no Brasil são expressivos. Um deles é o contingenciamento de verbas na educação, já que o Ministério da Educação é a secretaria que mais sofre cortes, precarizando as condições e relações de trabalho, especialmente após o golpe de 2016, com uma série de desonerações fiscais que atuaram em favor da transferência de responsabilidade

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2025.84922
e84922

do Estado para o setor privado (Bissoli; Both, 2016). O fenômeno se repetiu em 2020, durante a pandemia, e continua ano após ano, expandindo a atuação das instituições privadas.

Nesse contexto, o modelo de funcionamento societal passa a ser a "organização empresarial", considerada um modelo racional de gestão que apaga a historicidade das instituições, transformando-as em miniempresas de prestação de serviços como saúde, educação, segurança e previdência. Essa concepção corroí a escola como instituição social, alterando tanto a educação quanto a política educacional, ao passo que o Estado também é visto como uma grande empresa. Assim, o neoliberalismo atua em redes difusas, construindo um vetor de privatização dos espaços institucionais do Estado (Freitas, 2018).

Com isso, a educação tem sido deslocada da esfera pública para a esfera privada, transformando-a em um produto a ser obtido, em um processo de "mercadorização", cerceando os direitos da população à educação pública e de qualidade. Nesse processo mercantil, as práticas pedagógicas que constroem e medeiam a relação do sujeito são afetadas e o ideal de Educação, como possibilitadora da autonomia humana, fica comprometido.

Por sua vez, imerso nesse cenário, o professor, enquanto agente de mudança e de transformação social, além de representar a maior categoria profissional organizada[1], deve ser condicionado cirurgicamente para desempenhar e reproduzir essa lógica no contexto educacional, em um processo de doutrinamento que começa ainda na sua formação. Por isso mesmo, dentro da lógica capitalista, a formação docente recebe um lugar de "[...] destaque nas políticas públicas educacionais que reorganizam seus princípios para atender os ideais hegemônicos" (Amorim; Malanchen, 2021, p. 15).

Uma das estratégias desse processo de descaracterização e alienação do professor é a Educação à Distância – EaD. Regulamentada pela LDB (Lei Nº 9.394/1996) e posteriormente pelos Decretos Nº 5.622/2005 e Nº 9.057/2017, essa modalidade de ensino foi concebida como alternativa para situações emergenciais ou complementares na Educação Básica e para o Ensino Superior. Enquanto conta com certas restrições e balizamentos na Educação Básica, por outro lado, no Ensino Superior rapidamente se consolidou como instrumento de lucro para instituições privadas, possibilitando cursos acelerados, segundas graduações e a conversão de bacharelados em licenciaturas por meio de formações de curta duração.

Como resultado, embora a oferta e o acesso aos cursos superiores tenham se ampliado, há o risco de intensificação da mercantilização e da precarização do ensino, decorrentes da reorganização da educação brasileira segundo a lógica capitalista, especialmente na formação de professores, que é remodelada para atender aos interesses hegemônicos de manutenção do capital (Amorim; Malanchen, 2021).

Nesse contexto, o docente é reduzido a mero executor dos currículos baseados em competências, elaborados por especialistas e administradores, sem qualquer participação no processo. A racionalidade técnica, no âmbito neoliberal, torna-se, assim, uma estratégia de descaracterização do trabalho docente, promovendo uma atuação alienada que visa "[...] ampliar a eficiência, com o menor ônus possível, tanto na utilização de recursos, quanto na obtenção de lucro", reforçando o paradigma da produtividade, de forma semelhante ao taylorismo (Slonski; Rocha; Maestrelli, 2017, p. 02).

Com efeito, sob o discurso dos Organismos Internacionais de racionalidade instrumental e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, "[...] os docentes deixam de ser os

[1] O que coloca em risco o sucesso do projeto de Estado e, portanto, deve ser cuidadosamente conduzido.

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2025.84922
e84922

principais detentores do conhecimento em sala de aula e passam a ser apenas os animadores de grupos e tarefeiros", são despolitizados, além de serem retiradas de sua formação as especificidades do trabalho pedagógico (Malanchen, 2007, p. 84).

Sob essa lógica capitalista, que trata a educação como um verdadeiro comércio, são criados projetos privatistas nas universidades públicas e a EaD passa a ser apontada como preferencial para a formação do professor. Segundo Malanchen (2007, p. 82), a lógica que norteia a EaD, está baseada na "[...] compra e adaptação de pacotes tecnológicos; aligeiramento da formação profissional; e certificação, em larga escala, especialmente para treinamento de professores em serviço".

Paralelamente às mudanças na educação nacional, instaura-se uma campanha de desmoralização do professor, responsabilizando-o pelos problemas do país e reduzindo-o a um instrumento situado entre o trabalhador e o mercado. Dentro desse contexto, o perfil do professor é reconfigurado com vistas a atender às necessidades do mercado, devendo estar adequado à racionalidade técnico-científica e, portanto, exigindo maior produtividade e adaptabilidade, com a EaD sendo empregada como uma espécie de ferramenta para despolitizar e "desintelectualizar" a formação docente.

Nas palavras de Amorim e Malanchen (2021, p. 11):

> Com a retirada da formação docente da universidade, descaracteriza-se a licenciatura e retira-se a pesquisa e a produção do conhecimento do currículo, extraindo do futuro professor uma formação sólida, humana e crítica para a prática social, para, assim, retirar a possibilidade da criação de uma escola emancipadora. Nessa perspectiva, a universidade pública tradicional perde o seu papel institucional e pedagógico de pesquisa e extensão frente à sociedade e o professor perde o seu *status* de detentor do conhecimento e passa a desempenhar um papel de realizador de tarefas.

De forma complementar, advém-se a desvalorização salarial e a desestruturação da carreira docente. A crescente proletarização do trabalho dos professores tem como consequências o aumento do ritmo de trabalho e do volume das atividades, com diminuição dos salários (Borges, 2010). Também os cursos de formação como treinamento contribuem para reafirmar a profissão docente como um fazer "desprofissionalizado" e os professores como transmissores de informações, ou seja, meros reprodutores de técnicas ou habilidades de determinada disciplina (Arroyo, 2002).

A lógica da formação instrumental centra-se em um sistema que assegura a adaptação técnica e psicológica dos professores às exigências do mercado e à produção de qualificações novas para substituição das que se mostram obsoletas (Canário, 2003). Isso ocorre, especialmente, nos programas destinados à formação de professores, agora no contexto da pós-graduação, no que diz respeito ao condicionamento da etapa de qualificação e posterior obtenção de diploma, à produção de artigos em revistas avaliadas por padrões pré-estabelecidos, por instituições próprias para esse fim.

Vislumbra-se, de tal modo, uma espécie de contradição entre a formação humanizadora e a formação alienadora, quando se "impõe" ao aluno um ideal de produtividade, como parte de sua

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2025.84922
e84922

formação. Ao mesmo tempo em que apoiaram o desenvolvimento da pós-graduação *strictu sensu*[2] no Brasil, os padrões introduzidos pelas políticas setoriais de desenvolvimento econômico movidos por centros de apoio à pesquisa, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, exercem um papel centralizador e arbitrário na figura do Estado, conforme exposto a seguir:

> Duas questões merecem destaque: primeiro, o papel centralizador e arbitrário da CAPES na figura do Estado, meio de critérios de excelência cria um ranking, impondo a estas instituições um selo de qualidade [...] e em segundo lugar a forte indução de pesquisas via financiamento e processos avaliativos na criação de uma nova sociabilidade científica brasileira caracterizada de forma predominante pela: aceitação, pelo não-debate, pelo total descompromisso com pesquisas livres, por novos formatos e modelos de formação pós-graduada que diminui seus tempos de formação e fomenta mudança nos formatos dos programas, com disciplina que primam muito mais pela formação técnica em detrimento epistemologia. Sem grandes opções aos programas que se sentem compelidos a assumir tais características sob o risco de perda de credenciais, bolsas, verbas para pesquisas, dentre outros mecanismos (Silva Júnior; Ferreira; Kato 2015, p. 216).

Observa-se, assim, uma supervalorização das produções acadêmicas, impulsionada pela "[...] comparação internacional dos resultados das instituições, supervalorização da competitividade e da produtividade e a introdução de novos métodos de gerenciamento dos sistemas educacionais" (Cabral Neto; Castro, 2018, p. 49-50). Sob tais parâmetros, políticas e práticas pautadas na lógica neoliberal exercem pressão sobre os programas de pós-graduação stricto sensu, que estruturam seus estatutos e regulamentos segundo a produtividade acadêmica. Essa lógica também se reflete em processos seletivos para contratação de professores, nos quais critérios como produção de artigos, livros e organização de eventos reforçam a imposição de uma perspectiva mercantilista[3].

O trabalho de ensino, pesquisa e extensão desenvolvido nas universidades públicas está sendo modificado em sua autonomia e financiamento, passando a ser orientado pelas demandas econômicas, especialmente as atividades de pesquisa, realizadas na pós-graduação, que passam a exercer um papel estratégico: "[...] a ciência e a produção do conhecimento são redefinidas a partir da racionalidade econômico-financeira e de suas necessidades imediatas" (Castro, 2018, p. 64).

Diante desse cenário, o pós-graduando, é compelido a passar por um processo de objetificação e condicionamento à lógica neoliberal, em vez de contar com uma formação humanizadora, crítica e reflexiva. Sob essa perspectiva, sua produtividade passa a ser a principal métrica para o seu desempenho, tal qual acontece nas instituições fabris, em obediência à lógica capitalista e atendendo aos interesses hegemônicos da burguesia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[2] As pós-graduações *stricto sensu* compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e ao edital de seleção dos alunos (Brasil, Lei Nº 9.394/1996, Art. 44, III).

[3]No caso do estado do Amazonas, além das políticas da CAPES e CNPq, os programas de pós-graduação *strictu sensu*, ainda estão sujeitos às políticas empresariais da FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas.

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2025.84922
e84922

Dentro do contexto da lógica neoliberal, a educação, que poderia ser um instrumento essencial para a mudança da estrutura excludente do regime capitalista, voltada para a formação de tecnólogos que executam tarefas, mas não necessariamente conhecem os fundamentos do seu trabalho. Ou seja, limitada a um saber prático desvinculado do contexto social, cultural, econômico e político.

O modelo de trabalho fragmentado, que separa atividade intelectual e material, prazer e labor, produção e consumo, é reproduzido pela escola e pelas relações sociais, enquanto a ciência e o desenvolvimento social beneficiam majoritariamente o capital, aumentando a alienação dos trabalhadores. Dessa forma, a educação torna-se um instrumento de dominação, fornecendo conhecimentos e mão de obra para sustentar a maquinaria produtiva e legitimando os interesses das grandes corporações.

O trabalho docente, por sua vez, é condicionado a esses mesmos pressupostos ideológicos, desde a formação inicial, transformando o futuro educador em executor passivo, sem controle sobre sua prática ou carreira, reproduzindo essa cultura na formação dos alunos e comprometendo a autonomia docente baseada em saberes teóricos e experiência prática.

Ressignificar a formação docente torna-se, portanto, essencial. É necessário valorizar as experiências vividas pelos educadores, promovendo a produção e partilha de narrativas e memórias coletivas como ato político voltado à transformação do presente e à construção de um futuro mais significativo, baseado em um projeto humano emancipatório. Somente por meio de uma práxis emancipatória, construída a partir do compromisso crítico-reflexivo dos educadores, é possível enfrentar os desafios da formação docente contemporânea e colocar a educação a serviço da plena emancipação humana. Isso exige posicionamento político e ideológico, com vistas à formação de alunos conscientes e autônomos, capazes de compreender os parâmetros aos quais estão e serão submetidos ao longo de sua vida produtiva.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Evelyn Vieira; MALANCHEN, Júlia. A Educação a Distância e a precarização da formação do professor: um desafio a superar. *Cadernos GPOSSHE On-line*, Fortaleza, v. 5, n. 1, 2021. Disponível em https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHEDOI:10.33241/cadernosdogposshe.v5i1. Acesso em 24 fev. 2024.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARROYO, Miguel G. Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 68, p. 143-162, dez. 1999.

BISSOLI, Michelle de Freitas; BOTH, Ilaine Inês. Dos sentidos da formação aos sentidos do trabalho docente. *In:* CORRÊA, Carlos. Humberto. Alves; CAVALCANTE, Lucíola Inês Pessoa; AUTOR (org.). *Formação de Professores em perspectiva.* Manaus: EDUA, 2016. p. 15-55.

BORGES, Kamylla Pereira. Alienação e identidade de classe dos trabalhadores docentes. *Inter-Ação,* Goiânia, v. 35, n. 1, p. 81-99, jan./jun. 2010. Disponível em https://revistas.ufg.br/interacao/article/download/13143/8538. Acesso em 11 jan. 2024.

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2025.84922
e84922

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

CABRAL NETO, Antônio; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Titulação de professores da Educação Superior. *In*: OLIVEIRA, João Ferreira; GOUVEIA, Andrea Barbosa; ARAÚJO, Heleno (org.). *Caderno de avaliação das metas do Plano Nacional de Educação*: PNE 2014-2024. Brasília: ANPAE, 2018. Disponível em http://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2017/08/CadernoAnlisePNE.pdf. Acesso em 04 jan. 2024.

CANÁRIO, Rui. *Formação e situações de trabalho*. Porto: Porto, 2003.

CANCLINI, Néstor García. *Leitores, espectadores e internautas*. Trad. de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CASTRO, Maria das Graças Monteiro. *O artigo científico como mercadoria acadêmica*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

COLARES, Anselmo Alencar. Empresariamento da educação. *In*: LIMA, Antonio Bosco de; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Carlos. (Orgs.). *Em defesa das políticas públicas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

DALLAGO, Cleonilda S. T. Relações de trabalho e modo de produção capitalista.. *In*: *Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca*, n. 7, 2010, Franca. Proceedings online... Unesp Franca. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000112010000100001&lng=en&nrm=abn. Acesso em 12 fev. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. Disponível em https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/download/17944/13027/54952. Acesso em 10 jan. 2024.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança***.** Campinas: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015

FREITAS, Luiz Carlos de. *A Reforma Empresarial da Educação*: Nova direita, velhas ideias. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, maio-ago., 2016. Disponível em https://www.scielo.br/j/ccedes/a/RmPTyx4p7KXfcQdSMkPGWFy/abstract/?lang=pt. Acesso em 13 fev. 2024.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no brasil nos anos 90. *PESQUISA & DEBATE*, São Paulo, volume 13, n. 1 (21), p. 30-45, 2001. Disponível em https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/12029/8709. Acesso em 23 fev. 2024.

HARVEY, D**.** *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2025.84922
e84922

IANNI, Octávio. Neoliberalismo e globalização. *São Paulo em Perspectiva*, v. 12, n. 2, Campinas, 1998. Disponível em http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf. Acesso em 23 fev. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. *In*: Saviani D.; Sanfelice, J. L.; Lombardi, J. C. (Org). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Pedagogia da Fábrica:* as relações de produção e a educação do trabalhador. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOMBARDI, José Claudinei. Apresentação. *In*: LOMBARDI, José Claudinei.; SAVIANI, Demerval (Orgs.). *Marxismo e educação*: debates contemporâneos. 2ª ed. Campinas: Autores Associados/Histedbr, 2008.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MALANCHEN, Júlia. *As políticas de formação inicial a distância de professores no Brasil: democratização ou mistificação?* Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2007. Disponível em https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90239/239239.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 13 jan. 2024.

MARQUES, Rosa Maria; UGINO, Camila Kimie. O Brasil é chamado à ordem. *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 3, p. 8-23, set./dez. 2017.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos filosóficos*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

MOREIRA, Maurício Mesquita; CORREA, Paulo Guilherme. *Abertura comercial e indústria*: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1996.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho.; ALMEIDA, Carlos Augusto. *Demissão Voluntária*: do sonho de ser empreendedor à realidade do desemprego. Manaus: Edua, 2005.

NORONHA, Olinda Maria. Globalização, Mundialização e Educação. *In*: LUCENA, Carlos (org). *Capitalismo, Estado e Educação*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008

OLIVEIRA. Dalila Andrade. A Reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1159-1180, Set./Dez. 2004. Disponível em https://www.scielo.br/j/es/a/NM7Gfq9ZpjpVcJnsSFdrM3F/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 13 jan. 2024.

PIOLLI, Evaldo. O processo de mercantilização da educação e o novo ciclo de reformas educacionais no Brasil pós-golpe institucional de 2016. *Revista Exitus*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 17- 33, 2019. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602019000100017. Acesso em 12 mar. 2024.

RIBEIRO, Júlia Cecília de Oliveira Alves; Nunes, Claudio Pinto. Formação inicial e continuada dos docentes: políticas e práticas**.** *Cadernos Cajuína*, Bahia, v. 6, n. 2, Março, 2021.

ROCHA, Manoel Ilson Cordeiro. O Estado entre o liberalismo e o neoliberalismo. *Nucleus,* São Paulo, v. 5. n. 1, abr. 2008. Disponível em http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/42. Acesso em 18 fev. 2024.

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2025.84922
e84922

SAVIANI, Demerval. O Dilema Produtividade-Qualidade na Pós-Graduação. Nuances: *estudos sobre Educação. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 32-49, jan./dez. 2010. Disponível em* http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/723. Acesso em 10 jan. 2024.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FERREIRA, Luciana Rodrigues; KATO, Fabíola Bouth Grello. Trabalho do professor pesquisador diante da expansão da pós-graduação no Brasil pós-LDB. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 53, p. 435-499, abr./jun.2013. Disponível em https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zLZZ3dk5Ft5mPYX5N7vz8mh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 12 fev. 2024.

SILVA, Jardel Messias; BRAGA, Jailson. Os Sentidos do Trabalho: uma análise circunscrita ao trabalho dos docentes de duas instituições de ensino superior em Salvador. *Revista Formadores: Vivências e Estudos*, Cachoeira-BA, v. 7 n. 1, p. 46-59, Jun. 2014. Disponível em http://www.seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores/article/view/446/422. Acesso em 07 jan. 2024.

SLONSKI, Gladis Terezinha; ROCHA, André Luis Franco; MAESTRELLI, Sylvia Regina Pedrosa. A racionalidade técnica na ação pedagógica do professor. *XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XI ENPEC,* Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC – 3 a 6 de julho de 2017.

TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos; MELLO, Suely Amaral. *In:* CORRÊA, Carlos. Humberto. Alves; CAVALCANTE, Lucíola Inês Pessoa; AUTOR (org.). *Formação de Professores em perspectiva.* Manaus: EDUA, 2016. p. 15-55.

TONET, Ivo. Educação e revolução. *In:* BERTOLDO, Edna; MOREIRA, Luciano Accioly Lemos; JIMENEZ, Susana (org.). *Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução.* São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TRASATTI, Sidney Roberto; COSTA, Maria Inês. *Gestão de RH por competência e a empregabilidade.* 4ª ed. São Paulo: Papirus, 2010.

TRASPADINI. Roberta Sperandio. A dialética da dependência contemporânea: a educação como mercadoria. *REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, v. 8, n. 1. jan./abr. 2018 Disponível em https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/3972/3000. Acesso em 12 fev. 2024.

Submetido em junho de 2024
Aprovado em janeiro de 2025

Informações das autoras

Suzy Chrystine Vasques Guedes
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
E-mail: suzy.vasques.ead@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4193-3379
Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/8221670322082526

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2025.84922
e84922

Natália dos Reis Martins
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
E-mail: nataliadosreismartinsdearevalo@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2439-3227
Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/1494463294322159

Arminda Rachel Botelho Mourão
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
E-mail: arachel@uol.com.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1940-9477
Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/3864748731992379